

DUNCAN SIMPSON
A IGREJA CATÓLICA
E O ESTADO NOVO
SALAZARISTA

70

Índice

AGRADECIMENTOS	11
INTRODUÇÃO	15
O objeto	16
A historiografia	17
A metodologia	28
A estrutura	30
CAPÍTULO 1 – A FUNDAÇÃO, 1928-1933	33
I. A Igreja Católica portuguesa em finais dos anos 20	34
I.I. O revivalismo católico e os seus limites	34
I.II. A Igreja militante	38
I.III. A nação anticlerical	40
II. «Revolução Nacional» e oportunismo católico	44
II.I. O pacto, 1926-1928	44
II.II. A Pastoral Financeira, 1928	48
II.III. O catolicismo como instrumento político, 1928-1930	50
III. A «frente nacional»	53
III.I. O Ato Colonial (9 de julho de 1930)	54
III.II. A União Nacional	56
III.III. O fim do Centro Católico	57
III.IV. A criação da Ação Católica Portuguesa (ACP)	60
III.V. A Constituição de 1933	62
III.VI. A Igreja Católica e a repressão política (1)	66

CAPÍTULO 2 – A NOVA ORDEM, 1933-1945	71
I. O discurso nacional-católico	72
II. A estratégia de catolização	77
II.I. O papel espiritual da Igreja	77
II.II. O peso continuado do laicismo e do anticlericalismo liberais	79
III. A <i>pax</i> salazarista e o revivalismo católico	82
IV. A cruzada corporativa	83
IV.I. A Ação Católica e a construção do corporativismo do Estado Novo	84
IV.II. A colaboração crítica dos «católicos sociais» e a Igreja institucional	88
V. A educação	91
V.I. A catolicização	91
V.II. A fascização, 1936-1940	94
VI. O Império	97
VI.I. A sacralização do Império	97
VI.II. As missões católicas e o impulso imperial salazarista	98
VI.III. As missões católicas e o nacionalismo português	100
VII. A Concordata	103
VIII. A Segunda Guerra Mundial	109
VIII.I. Continuidades e mudanças	109
VIII.II. Fátima, Salazar e o «milagre da paz» português	112
IX. A Igreja Católica e a repressão política (2)	114
CAPÍTULO 3 – O PÓS-GUERRA, 1945-1951	121
I. A persistência da aliança nacional-católica	121
I.I. A história providencial	122
I.II. Catolicismo e identidade nacional	124
I.III. As peregrinações a Fátima em 1946 e 1951	125
II. As eleições	130
II.I. As eleições legislativas de 18 de novembro de 1945	130
II.II. As eleições presidenciais de 13 de fevereiro de 1949	133
II.III. As eleições presidenciais de 21 de julho de 1951	137
III. A eliminação do catolicismo crítico	141
IV. A revisão constitucional de 1951	146

ÍNDICE

CAPÍTULO 4 – A GUERRA FRIA, 1951-1961	149
I. Os limites da «re Cristianização» e a ascensão do anticlericalismo	149
II. A «frente nacional» na prática	151
II.I. A associação pública	151
II.II. O «Anticristo do outro lado da Cortina de Ferro»	153
II.III. A «cristianização das leis e das instituições»	156
II.IV. As dinâmicas internas do movimento católico	159
III. As eleições presidenciais de 1958	164
IV. O caso do bispo do Porto	168
IV.I. O <i>pro memoria</i>	168
IV.II. Os efeitos	169
V. A questão colonial (1951-1961)	185
V.I. A legitimação espiritual da presença de Portugal no Ultramar	186
V.II. O «Estado Português da Índia» e o Padroado	188
V.III. A África portuguesa: as missões como instrumentos da «portugalização»	191
VI. A Igreja e a repressão política (3)	194
CAPÍTULO 5 – A GUERRA COLONIAL, 1961-1968	199
I. A Igreja Católica nos últimos anos de Salazar	199
II. A preservação da «paz» com o Estado	200
III. A legitimação da Guerra Colonial	203
IV. A <i>soft diplomacy</i> da Santa Sé	208
IV.I. A alteração das estratégias internacionais	209
IV.II. A gestão das tensões pela Santa Sé	211
V. As dinâmicas internas antagónicas do movimento católico português: o impacto do Concílio Vaticano II	218
VI. A Igreja Católica e a repressão política (4)	230
CONCLUSÃO	235
NOTAS	247
LISTA DE CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS	287
BIBLIOGRAFIA	289

Introdução

A revolução de 25 de Abril de 1974, como argumenta José Gil, não gravou na consciência pública portuguesa o período prolongado do autoritarismo salazarista. Realizaram-se poucos julgamentos de funcionários da PIDE e nenhum de autoridades públicas do Estado Novo. Pelo contrário, um «imenso perdão» pareceu apoderar-se do país, cobrindo «com um véu» «as vexações, os crimes, a cultura do medo e da pequenez medíocre que o salazarismo engendrou»⁽¹⁾.

A Igreja Católica beneficiou com isto.

O *mea culpa* da Igreja institucional distinguiu-se pela sua inexistência no imediato do 25 de Abril de 1974. De facto, a hierarquia eclesiástica portuguesa ainda não avaliou de forma crítica a sua posição durante a ditadura salazarista. As primeiras tentativas neste sentido, feitas pelo então bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes, logo a seguir ao 25 de Abril⁽²⁾, foram minoradas pelo episcopado. Pelo contrário, a Igreja institucional limitou-se a celebrar a memória dos poucos sacerdotes que contestaram com valentia a legitimidade do Estado Novo ou a reabilitar as figuras mais envolvidas no seu funcionamento, como o cardeal Cerejeira⁽³⁾.

A capacidade da hierarquia eclesiástica portuguesa para se furtar ao confronto com o seu passado recente deveu muito ao seu distanciamento subtil de um regime doente nos meses finais da governação marcelista⁽⁴⁾. Tinha aprendido as lições de 1910 – os perigos de se associar a uma causa perdida. A atitude cautelosa adotada em relação à Igreja Católica pelos «revolucionários» de

25 de Abril (desejosos de evitarem a reabertura da «questão religiosa» que tanto prejudicara a vida da Primeira República) e a gestão cuidadosa pela elite católica, desde essa altura, da memória histórica do catolicismo no Estado Novo também contribuíram para garantir a imagem de respeitabilidade da Igreja. Os desenvolvimentos verificados na historiografia mais recente, quer resultantes do prisma analítico adotado, quer do objeto de estudo, também ajudaram, de forma indireta, a lançar uma luz globalmente positiva sobre a posição da Igreja durante a ditadura, para benefício da imagem de uma Igreja «progressista» e «libertadora»: a Igreja Católica não como pilar do Estado Novo, mas como uma das muitas vítimas do autoritarismo salazarista; não como colmeia da elite do regime, mas como fomentadora de «novas formas de sociabilidade» que teriam «preparado» a sociedade portuguesa para a democracia.

As investigações sobre a natureza das relações entre a Igreja e o Estado durante o período salazarista – considerado na totalidade do seu ciclo de vida – permanecem extremamente limitadas. Quando comparadas com os estudos sobre tópicos similares levados a cabo em França, em Espanha ou em Itália, o contraste é, no mínimo, acentuado (não obstante a maior atenção académica que os grandes países europeus «naturalmente» atraem). Apesar da importância amplamente reconhecida da Igreja Católica no regime, sublinhada numa variedade de ensaios e artigos sintéticos, esta temática não mereceu a dedicação exclusiva de nenhum estudo. Esta obra propõe-se colmatar essa lacuna.

O objeto

Este livro procura analisar de forma interpretativa as relações entre a Igreja Católica e o Estado Novo sob Salazar – incluindo a sua subida ao poder durante a Ditadura Militar – entre 1928 e 1968, respondendo a duas perguntas fundamentais: como melhor definir, em termos genéricos, a relação entre a Igreja Católica e o Estado Novo salazarista? Como evoluiu com o tempo?

Destas perguntas decorrem várias questões. Como definir a intervenção social da Igreja Católica na «nova ordem» interna construída por Salazar? A Igreja Católica apoiou o Estado Novo? Se sim, porquê? A oposição católica ao regime foi tão importante como se tem recentemente alegado? Como se pode conciliar a imagem dual de Salazar enquanto estadista de orientação religiosa e líder regalista? Qual a posição da Igreja em relação aos métodos autoritários usados pelo regime? O Estado Novo foi um regime católico?

Estas são as hipóteses principais da presente obra. O Estado Novo salazarista, independentemente das suas diversas influências ideológicas, continha no seu núcleo uma tendência particular da doutrina católica forjada pela elite católica portuguesa no primeiro quartel do século xx (antiliberal, tradicionalista e nacionalista). Desta componente católica do programa salazarista emergiu uma aliança institucional duradoura e abrangente com a Igreja Católica, com esta a participar na legitimação, no esforço doutrinário e na implementação das políticas do Estado Novo. Para compreender os alicerces desta aliança e a sua longevidade, é necessário considerar o carácter eclesiológico e pastoral da Igreja oficial em Portugal (bem como a sua articulação com a orientação doutrinária do Vaticano) e o contexto ideológico e político no qual o Estado Novo salazarista procurou funcionar (em particular, a persistência de mentalidades laicas ou anticlericais nas elites civis e militares portuguesas). O estudo da sua evolução no tempo (tendo como pano de fundo a secularização acelerada na maior parte da Europa Ocidental) permitir-nos-á esclarecer os mecanismos desta aliança institucional e compreender porquê e como a Igreja institucional desempenhou um papel central na longevidade excepcional do Estado Novo salazarista.

A historiografia

A historiografia das relações entre a Igreja e o Estado durante o Estado Novo começou cedo. De facto, a relação especial de Salazar com a Igreja depressa atraiu a admiração (e a atenção analítica) de uma série de devotos de Maurras (entre os quais, Gonzague de Reynold e Henri Massis), do próprio Charles Maurras (que em breve aderiria à sua «revolução nacional» com Pétain) e de católicos conservadores britânicos (tais como Michael Derrick e, mais tarde, Hugh Kay). Também desencadeou a resposta da oposição de esquerda, dando amiúde origem a interpretações marxistas da aliança entre o «capitalismo fascista burguês» e o «alto clero reacionário» (mas ao contrário da produção dos admiradores estrangeiros de Salazar, não resultou em estudos abrangentes do regime). Embora a nossa atenção se concentre na historiografia pós-1974 e apenas nas obras que facultam uma interpretação das relações entre a Igreja e o Estado durante todo o ciclo de vida do regime (reservando as obras mais limitadas a períodos específicos para o momento apropriado no decorrer do nosso estudo), importa ter em conta, desde logo, que o estudo das relações entre a Igreja Católica e o Estado Novo tem sido influenciado com frequência por

motivações de cariz ideológico, que se refletem inclusivamente nas obras de dois dos mais consagrados académicos portugueses contemporâneos.

Manuel Braga da Cruz, geralmente tido como o expoente da perspetiva católica, é o autor da única obra de vulto (embora sintética) publicada até hoje dedicada em exclusivo às relações entre a Igreja Católica e o Estado Novo⁽⁵⁾. Às suas investigações pioneiras sobre a influência da democracia cristã nas origens do regime de Salazar – que o levaram à conclusão discutível de que o Estado Novo foi uma «inversão fascizante da democracia cristã»⁽⁶⁾ – seguiram-se uma série de artigos, ensaios, capítulos e verbetes dedicados à natureza das relações entre a Igreja e o Estado no Estado Novo. Embora Braga da Cruz reconheça o papel da Igreja na consolidação do regime de Salazar⁽⁷⁾, a sua análise procura destacar principalmente a natureza paradoxal da relação entre a Igreja e o Estado salazarista. Segundo ele, contrariamente ao franquismo, o salazarismo não foi um nacional-catolicismo. Constituiu uma forma de «catolaicismo»⁽⁸⁾ no qual a natureza não confessional do Estado (na linha da separação instituída pela Primeira República) foi conciliada, em termos ideológicos, com a orientação católica do regime. A «separação concordatada», formalizada em 1940, não foi jacobina nem regalista, possibilitando «compensações mútuas» e «benefícios recíprocos»⁽⁹⁾ e um grau real de autonomia entre os dois poderes, cuja parceria derivava principalmente da convergência de interesses⁽¹⁰⁾.

Braga da Cruz destacou o relacionamento cada vez mais tenso entre a Igreja e o Estado Novo, a partir de 1945, apresentando-o essencialmente como consequência dos desvios cada vez mais perceptíveis da doutrina católica por parte do regime. Segundo ele, a implementação parcial do corporativismo levou à emergência de uma «questão social» entre a Igreja e o regime e a frustração pela lentidão imprimida pelo regime à implementação da Concordata deu origem a «questões educativas e confessionais.» Por sua vez, a era democrática inaugurada na maior parte da Europa Ocidental depois de 1945 – e as consequentes experiências sociais-democratas em Itália, na França e na Alemanha – originou uma «questão política» que nos anos 60 se agudizou com a «questão missionária» decorrente do contraste entre o colonialismo inflexível do Estado Novo e a aceitação da descolonização pela Santa Sé⁽¹¹⁾. Por conseguinte, Braga da Cruz não hesita em falar numa «progressiva desagregação do apoio católico ao regime»⁽¹²⁾ a partir de 1945. No entanto, a abordagem metodológica através da qual ele chega a esta conclusão não está isenta de falhas. Podemos começar por observar, de passagem, que a escolha do termo «catolaicismo» não é particularmente feliz. Esta designação foi utilizada nos anos 20 pelos católicos